



## Recessão no mercado de trabalho?

*A situação no mercado de trabalho não se apresentou muito lisongeira em 1961. Isto é o que se depreende da consulta a várias fontes de informação indireta, pois continuam bem deficientes as indicações estatísticas nesse particular, manifestando até lamentável retrocesso, dada a suspensão dos Inquéritos periódicos do IBGE, apenas reiniciados ultimamente. Entre as referidas fontes indiretas atribuímos importância especial à emissão das Carteiras de Trabalho e de Menores, assim como aos dados da estatística previdenciária sobre o número de segurados ativos, apesar de defeitos e algumas inevitáveis distorções. No Estado da Guanabara foram emitidas, em 1961, 82 691 Carteiras de Trabalho (1960 = 73 130) e 25 203 Carteiras de Menores (1960 = 24 206), o que evidencia a crescente demanda de empregos.*

Quanto à estatística previdenciária, houve nos últimos 7 anos aumento relativamente reduzido de segurados ativos (em milhares): de 3 744 em 1955 (4 573 em 1960) a 4 757 em 1961. Contudo, é relativamente maior o incremento de segurados no setor terciário da economia, ao passo que o número de industriários subiu de 1 814 em 1955 (2 204 em 1960) a apenas 2 292 em 1961 — e isto a despeito

dos progressos da industrialização no período. Contrariamente ao que se possa esperar, tomando-se em consideração o permanente desenvolvimento da produção manufatureira, não aumentou substancialmente nos últimos anos, inclusive o de 1961, o total de novos empregos oferecidos pela indústria, sobretudo no que diz respeito à mão-de-obra simples.

Continuou, outrossim, em 1961



o grande volume de migrações internas, peculiar aos últimos anos, sem manifestar maiores alterações. Para tanto deve ter contribuído o agudo ciclo de estiagem no Nordeste, ainda agravado nas últimas semanas de 1961 em certas áreas da referida região (Sul da Bahia, Piauí etc.). Pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo haviam passado, até meados de dezembro de 1961, 121 028 flagelados procedentes da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe etc., sendo que o total do ano provavelmente igualará o cômputo geral de 1960 (139 277 nordestinos deslocados para os Estados sulinos).

As primeiras apurações do Censo de 1960 manifestaram incremento do êxodo rural no período intercensitário 1950-1960, sob a forma de sensível aumento dos coeficientes de urbanização de todas as Unidades da Federação, sem exceção. No Rio de Janeiro tais correntes encontraram reflexos na duplicação, ocorrida no período, da população de favelas, no sentido limitativamente definido por aquela operação censitária (em 1960 — 337 412 pessoas; na realidade, o número de habitantes de barracos é muito maior). A absorção, pelas cidades, dos excedentes populacionais da zona rural efetua-se, por enquanto, embora já com certas dificuldades, na construção civil e em obras públicas — para homens, e no serviço doméstico — para mu-

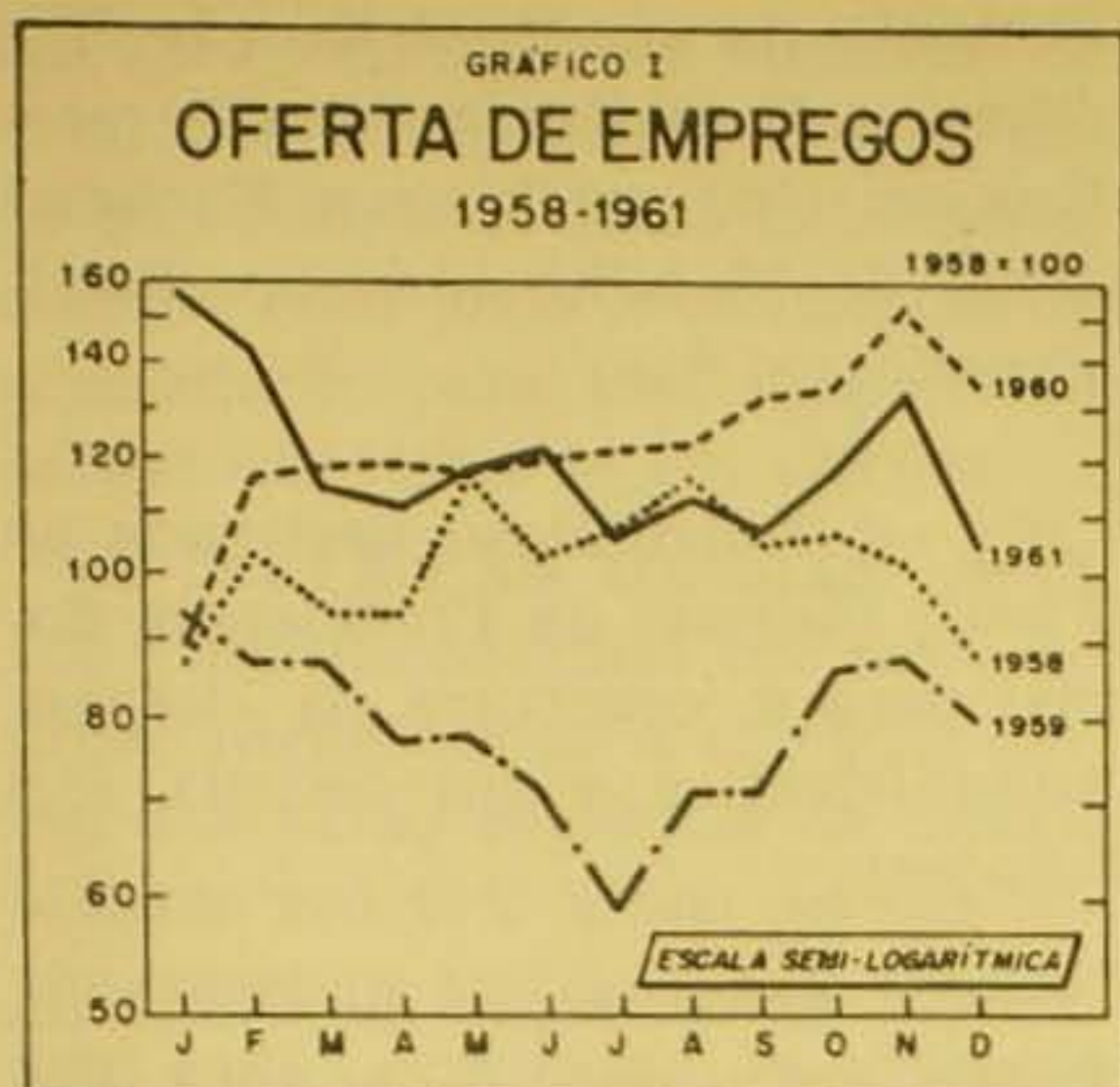
lheres. Todavia, encontra sérios obstáculos nos demais setores da economia urbana.

Tudo nos leva a crer que os numerosos contingentes de jovens que, todos os anos, entram no mercado de trabalho, em busca de primeiro emprego remunerado — consequência do crescente aumento demográfico — não conseguem incorporar-se, com facilidade, em setor algum da economia de trabalho (“desemprego inicial”, de predominante origem populacional). Acresce que, ao mesmo tempo, se fazem sentir fatalmente nesse mercado alguns efeitos de certas providências de austeridade (paralisação do ritmo de construção, sobretudo em Brasília, admissão limitada ao serviço público, as demais repercussões de economias orçamentárias etc.), assim como da crise política de agosto de 1961, como já tivemos ensejo de destacar no número de novembro próximo passado.

#### *QUEDA NA OFERTA DE EMPREGO*

O ano de 1961 foi marcado por uma queda gradual na oferta de empregos, oferecidos através de anúncios publicados na imprensa paulista. De um ponto alto, em janeiro de 1961, passou-se a um mínimo no terceiro trimestre, havendo ligeira recuperação no fim do ano. Os aumentos salariais que





se registraram no último trimestre e o recrudescimento da inflação parecem ter provocado o estancamento da retração que se vinha observando nas atividades industriais e comerciais, com novo incremento de atividades, que continua a refletir-se no início de 1962.

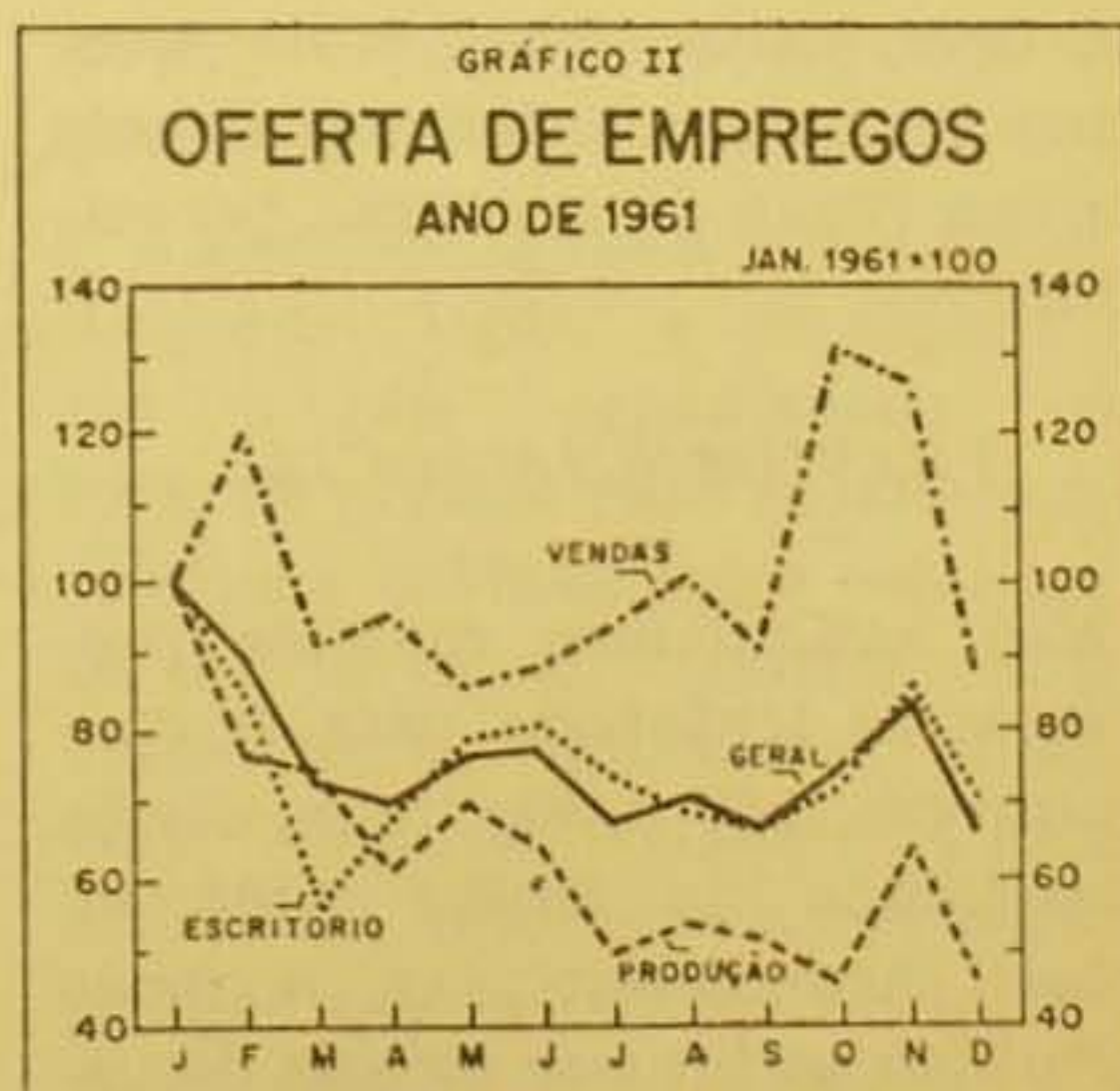
O ano de 1960 havia sido de uma oferta extraordinária de empregos em geral, através de anúncios publicados em São Paulo. Se tomarmos como base 1958 (até então o ano recorde), teremos os seguintes índices para a média de empregos, oferecidos mensalmente:

ANO	ÍNDICE
1958	100
1959	79
1960	119
1961	121

Não há dúvida de que a expansão geral das atividades industriais e comerciais em 1960 foi fielmente espelhada na oferta crescente de empregos, cujo número quase dobrou de janeiro a novembro.

Deixamos de lado os dados de dezembro, que, em virtude das festas de fim de ano e do conseqüente êxodo das grandes capitais, por motivo de férias, não representam a verdadeira situação.

As declarações do então candidato eleito à Presidência da República, quanto às medidas econômicas que pretendia tomar, deveriam ter desencorajado o incremento excessivo das atividades ainda antes de sua posse. Entretanto, o aumento da capacidade aquisitiva da população, em virtude da majoração, talvez excessivo, não só do salário mínimo, como dos salários em geral em São Paulo, antes do fim do ano, deve ter resultado em





tal acúmulo de pedidos, que a indústria e o comércio continuaram a trabalhar a ritmo acelerado, com um novo nível recorde de oferta de empregos, verificado em janeiro de 1961.

Daí em diante, as dificuldades de crédito, conseqüentes e concomitantes com as medidas cambiais tomadas pelo novo governo, e mais o simultâneo aumento do custo da vida, resultariam em diminuição das atividades, que novamente se refletiu, e imediatamente, no mercado de empregos. Não obstante, a estabilização dos índices, nos últimos meses, parece indicar o fim da ligeira crise observada. A incerteza a respeito do futuro, que resulta de uma análise mais profunda de todos os indicadores da situação, não parece estar sendo objeto de maiores cuidados da parte dos produtores e consumidores que, obviamente, estão acreditando que a estabilidade inerente a um mercado de 70 milhões de consumidores (que pouco têm e muito querem) venha a manter a economia em um ritmo de expansão permanente.

### *PREVIDÊNCIA SOCIAL*

Não assinalaram maiores progressos as tentativas para se conseguir em 1960 o resgate da dívida consolidada da União (104 bilhões), nem determinar de modo definitivo as futuras formas de pa-

gamento da sua contribuição. Todavia, a Previdência Social recebeu, em 1961, do Tesouro Nacional cerca de 19 bilhões, assim discriminados:

a) — contribuição destinada ao Fundo Comum da Previdência Social para a cobertura da despesa administrativa e dos deficits (8,8 bilhões);

b) — arrecadação da Quota da União, até novembro de 1961 (9,2 bilhões); e

c) — recursos postos à disposição dos órgãos da Previdência Social para prosseguimento de obras de construção em Brasília (950 milhões).

No que diz respeito ao panorama previdenciário, o total de segurados ativos em 30 de junho de 1961 foi estimado pelo Serviço Atuarial em 4,7 milhões, distribuídos em 6 Institutos, sendo 4 milhões nos 3 principais (IAPI, IAPC e IAPETC). O número de aposentados então era de 550 mil e o de pensionistas 668 mil. O total de pessoas protegidas, isto é, segurados mais dependentes, montava a 13,3 milhões de pessoas, ou seja, parcela substancial da população urbana.

A estimativa da arrecadação integral das três fontes de contribuição para o ano próximo perdeu, até certo ponto, a sua justificação,



em face sobretudo do aumento do salário mínimo, levado a efeito em 13 de outubro de 1961. Entretanto, cumpre mencionar a estimativa da arrecadação para 1962, que deverá oscilar em torno de 104 bilhões.

Os ônus sociais acusaram sensível ritmo ascensional em 1961, especialmente devido à elevação global das taxas regionais de salário mínimo em 40% e aos demais novos encargos salariais, que resultaram tanto dos casos de aumento espontâneo como dos dissídios coletivos, solucionados dentro e fora da Justiça do Trabalho. Impacto relativamente menor exerceu o Decreto n.º 50 423, que impôs às empresas industriais, comerciais e agrícolas com um mínimo de 100 empregados, certos compromissos quanto ao ensino primário para o pessoal a seu serviço.

Vários projetos legislativos, ora em andamento no Congresso Nacional, como o relativo à instituição do salário-família, com despesa anual orçada em 32,6 bilhões, o projeto de lei concernente ao regime jurídico do trabalhador rural ("Lei Ferrari"), aprovado pela Câmara dos Deputados em meados de 1961 e que encerra compromissos extremamente dispendiosos, e várias outras reformas (por exemplo, o projeto n.º 3 030/61, que visa à criação do seguro-desemprego, a extensão da Previdência Social aos trabalhadores domésticos e rurais, assim como vários projetos que de-

terminam a melhoria de alguns benefícios previdenciários etc.) viariam acrescer consideravelmente o total da sobrecarga social, que na prática incidiria quase pela primeira vez não somente sobre as atividades econômicas "urbanas", como sobre a produção agropecuária e mesmo sobre a economia doméstica.

## SALÁRIOS

A forte elevação (40%) das taxas de salário-mínimo (Decreto n.º 51 336, de 13 de outubro de 1961), que fez com que o salário mínimo médio atingisse o nível de Cr\$ 10 600,00, desencadeou uma reação em cadeia sob a forma de novo surto de dissídios coletivos, iniciados no propósito de conseguir o simultâneo reajustamento dos padrões médios e relativamente altos de remuneração da mão-de-obra qualificada, inclusive a semi-qualificada, mas também a elevação maior do salário pago à mão-de-obra simples.

Aumentou igualmente o número de greves "legais" e em alguns casos "ilegais", organizadas como meio de pressão para se obterem as referidas reivindicações salariais, e de outros tipos. Todavia, contrariamente às impressões superficiais — mesmo somadas às greves anteriores (inclusive as de caráter político que eclodiram no momento da crise político-militar) — da-



da a sua reduzida duração e limitação a alguns setores, não chegaram elas a paralisar o ritmo normal de atividades econômicas, nem acarretaram prejuízos excessivamente elevados. No ano que passou, as principais greves foram as dos ferroviários (Cia. Paulista), bancários, radialistas, jornalistas, e do pessoal de empresas rodoviárias. Em 1961 houve greve em São Paulo em 980 firmas com 158 891 grevistas; o que importa, porém, é o fato de que a perda de homens-hora (3 067 474) foi bem menor que em 1960, apesar da maior frequência numérica de greves.

Os dissídios coletivos, sem deixar de aumentar substancialmente a fôlha de salários (aproximadamente em 40-45%, em confronto com os níveis de salários dos meados de 1961) — com repercussões acentuadas nos setores com parcela relativamente maior do custeio de mão-de-obra — encontraram, quase sempre, solução harmoniosa dentro do mecanismo de concilia-

ção administrativa ou na alçada da Justiça do Trabalho.

Infelizmente, faltam levantamentos completos quanto a greves, dissídios e sua solução. Foram celebrados pela DOAS do Ministério do Trabalho 43 acordos e, com ativa co-participação de órgãos superiores do referido Ministério, resolveram-se vários outros dissídios de maior monta (como, por exemplo, do Grupo Luz e Fôrça).

Tôdas as soluções em aprêço, quase sempre com ênfase no atendimento das necessidades dos grupos mais baixos da pirâmide salarial, pouco contribuíram para a ampliação do leque de salários, cuja notória estreiteza constitui ainda um dos consideráveis óbices no caminho da formação profissional em maior escala.

**Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também.**